

## **O Processo de Territorialização a partir de uma Política Pública: o caso dos moradores contemplados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no Distrito de Floriano, em Maringá-PR**

*The Process of Territorialization from a Public Policy: the case of residents contemplated by the My Home, My Life Program in the Pioneer Housing Set José de Oliveira in the District of Floriano, Maringá-PR*

**Fábio Marques da Silva<sup>1</sup>**  
**Priscilla Borgonhoni Chagas<sup>2</sup>**  
**Thais Ribeiro Gomes<sup>3</sup>**  
**William Antonio Borges<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

Em consonância com a perspectiva Construcionista Social, este artigo fomenta uma discussão sobre o processo de territorialização instrumentalizado por meio de uma política pública habitacional de abrangência nacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para tanto, é apresentado como campo-tema, o Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira, localizado no distrito de Floriano, no município de Maringá-PR. Para problematizarmos a discussão, inserimos os preceitos teóricos sobre políticas públicas e território. Com o intuito de analisar o processo de territorialização do Conjunto Habitacional supracitado, além dos dados secundários sobre o PMCMV e a constituição do espaço urbano da cidade de Maringá, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete moradores do conjunto. Essas entrevistas objetivaram apreender de que maneira esses moradores se organizam, como vivem e quais suas percepções sobre a nova morada. Os resultados obtidos apontam que o aspecto territorial deve necessariamente ser contemplado na agenda pública e constitui-se na formulação e na implementação de qualquer política, onde observamos essa deficiência no desenho do PMCMV, quando implementado no conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano. Negligenciar a inserção da categoria território na formulação e implementação de políticas públicas, como no caso do PMCMV, constitui-se em corroborar para usurpar as práticas cotidianas

<sup>1</sup> Pesquisador da Universidade Estadual de Maringá. Email: [fabiomarques500@gmail.com](mailto:fabiomarques500@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Email: [priscillabchagas@gmail.com](mailto:priscillabchagas@gmail.com)

<sup>3</sup> Pesquisador da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: [thaisgomes.tg@gmail.com](mailto:thaisgomes.tg@gmail.com)

<sup>4</sup> Pesquisador da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: [waborges@uem.br](mailto:waborges@uem.br)

construídas nos territórios de origem, segregando a população das condições básicas de consumo, deslocamento e educação

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Programa Minha Casa, Minha Vida; Territorialização; Construcionismo Social.

#### **ABSTRACT**

From Social Constructionist perspective, this article foment a discussion about the process of territorialization instrumented through a public housing policy of national scope, Minha Casa, minha Vida (PMCMV). For this, the Pioneiro José de Oliveira Housing Set, located in the district of Floriano, in the municipality of Maringá-PR, is presented as a theme field. In order to problematize the discussion, we introduce the theoretical precepts about public policies and territory. With the purpose of analyzing the process of territorialization of the aforementioned Housing Set, in addition to the secondary data on the PMCMV and the urban space constitution of the city of Maringá, semi-structured interviews were conducted with seven residents of the set. These interviews aimed to understand how these people are organized, how they live and what their perceptions about the new dwelling. The results obtained indicate that the territorial aspect must necessarily be contemplated in the public agenda and is the formulation and implementation of any policy, where we observed this deficiency in the PMCMV design, when implemented in the housing set Pioneiro José de Oliveira in the district of Floriano. Neglecting the insertion of the territory category in the formulation and implementation of public policies, as in the case of the PMCMV, constitutes corroborating to usurp the daily practices built in the territories of origin, segregating the population of the basic conditions of consumption, displacement and education.

**Key-words:** Public policy; My Home, My Life Program; Territorialization; Social Constructionism

## **1. Introdução**

Espaço e território são conceitos chaves, complementares e interdependentes, mas, para se compreender território, antes é necessário buscar elementos constitutivos do conceito de espaço e também da relação espaço-tempo. O termo território vem do latim, *territorium*, que deriva de terra e significa a apropriação de um pedaço de terra. Porém, território não está ligado somente à sua dimensão tangível e concreta, mas sim, segundo Raffestin (1993), também possui um campo de forças que se projetam no espaço; ele é, assim, construído historicamente em diferentes escalas, tais como: casa, trabalho, bairro, cidade, região ou país. Dessa forma, território é objeto de análise de diferentes áreas: geográfica, antropológica, cultural, sociológica, econômica, política, jurídica e outras que se apropriaram do termo para explicar as suas objetivações específicas (CORRÊA, 2013).

O território pode ser, portanto, compreendido como espaço de organização e luta, de

vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual (SAQUET, 2015; SANTOS, 1994). Os estudos acerca desta temática podem ser centrados no processo histórico e conjugados ao tempo coexistente, pois esta relação faz parte dos processos de produção e apropriação do território, considerando-se os aspectos políticos, econômicos e culturais (SAQUET, 2015). Assim sendo, o território é provido de dinamicidade, fluidez e conectividade, por isso faz-se necessário considerar as relações entre sociedade, natureza, política, economia, cultura e materialidade, todas em permanente interação espaço-temporal (STEINBERGER, 2013). Ademais, também é sempre múltiplo, diverso e complexo e, a rigor, constrói-se o território a partir do espaço, enquanto a territorialidade busca produzir uma representação do espaço, que por sua vez, pode ser territorializado de formas distintas dependendo do indivíduo ou grupo que se apropria dele (HAESBAERT, 2011).

Recentemente, trabalhos realizados no campo da Administração, sobretudo nos Estudos Organizacionais objetivaram explicar a territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), caracterizado como processo T-D-R (SHIMADA, 2015; OLIVEIRA, 2016). No primeiro citado o território é compreendido como o enraizamento; no segundo, ou seja, no de desterritorialização, há o rompimento ou deslocalização e, no último - o movimento de reterritorialização há uma compreensão acerca das relações de poder, por meio de uma nova forma de ocupação do espaço vivido. A análise desse processo permite compreender a dinâmica das cidades no que tange à lógica capitalista na ocupação e produção territoriais. Assim, os territórios, segundo Souza (2012), existem e são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas e tempos, por exemplo, de uma rua para um Estado ou país e em séculos, anos, meses ou dias, podendo ter um caráter permanente ou cíclico.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo compreender o processo de territorialização instrumentalizado por meio de uma política pública habitacional, denominada de Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), implementada no distrito de Floriano, no município de Maringá –Paraná. O referido programa é parte integrante da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, e ocasionou um boom imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades e redesenhou regiões. O PMCMV tem se constituído como a mais importante iniciativa pública, nos últimos anos, para a redução do déficit habitacional. Apesar do reconhecimento da quantidade de moradias entregues para a população de baixa renda, tem sido recorrentes as críticas auferidas ao programa, sobretudo no que tange à localização dos conjuntos habitacionais entregues, atrelados a falta infraestrutura adequada (SANTOS et al., 2014; FLEURY e SILVA, 2015).

Deste modo, embora grande parte das pesquisas acadêmicas, destinadas a compreensão deste programa, estejam focadas nas grandes cidades e nas suas respectivas regiões metropolitanas (SOARES et al., 2013; SILVA; ALVES, 2014; MOURA, 2014; ALBERNAZ; ANDRADE, 2015; AMORE, 2015; CRUZ et al., 2015; LOUREIRO et al., 2015;

NASCIMENTO et al., 2015; PEQUENO; VIEIRA, 2015; RAMOS; NOIA, 2015), isso não significa que seu impacto não se estende às regiões de menor densidade populacional. Neste sentido, buscou-se por meio deste trabalho, compreender os efeitos deste programa, no que tange a territorialização dos moradores contemplados, em uma região metropolitana proveniente de uma cidade de médio porte, como no caso da cidade de Maringá-PR, mais especificamente, em um de seus distritos.

Além disso, pretende-se com esse trabalho avançar na perspectiva de Steinberger (2013), a qual retrata que a retomada das políticas públicas deve ser realizada com bases territoriais (sendo esta uma lacuna no campo de Policy Analysis), ao passo que, ao se investigar as categorias inseridas nas políticas públicas, formuladas após 2002, em comparação com as produzidas entre os anos 1950 e 1980, quando foram interrompidas, constata-se que o território é uma das categorias novas dos seus discursos. De maneira explícita ou implícita, o território está presente em quase todas as políticas públicas, quer seja nas econômicas, sociais, setoriais ou espaciais (STEINBERGER, 2013).

Além desta introdução, este artigo apresenta outras sete seções. A seguir, são apresentados os preceitos teóricos, organizados em dois tópicos, sendo um destinado às políticas públicas e o outro às concepções sobre território. As seções quatro e cinco iluminam as conjunturas institucionais do Programa de Aceleração do Crescimento e as especificidades do PMCMV. A sexta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. A seguir é apresentada a leitura sobre a territorialização dos moradores do Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira. E, por fim, são tecidas as considerações finais do trabalho.

## **2. Políticas públicas**

O processo de territorialização dos moradores do Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano, no município de Maringá-PR, foi compreendido por meio deste trabalho como sendo proveniente de uma política pública eminentemente estadocêntrica, cuja estratégia estaria direcionada para a retomada dos planos de desenvolvimento nacional. Assim, o tópico a seguir aborda aspectos concernentes às políticas públicas, seguido de discussões sobre território e territorialização.

O conceito de política pública (Policy) adotado para a construção deste trabalho, acarreta características, por um lado, de uma ação propositiva, possibilitando envolver um planejamento a partir de uma decisão de cunho intencional e, por outro lado, mesmo dotada de sentido, pode-se “desenhar” como uma decisão de “não fazer nada.” No entanto, por mais que a racionalidade instrumental prevaleça como lógica subjacente às ações construídas no âmbito das políticas públicas, existem interfaces permeadas pela racionalidade substantiva e pelo exercício da ética absoluta (RAMOS, 1983, 1989), sobretudo, à medida que interesses, atores e recursos interagem na arena política (politics), constrangidos pelo sistema político (polity), atuando sobre premissas diferenciadas no que diz respeito ao problema público, no

decorrer de uma racionalidade limitada, para elaborar alternativas de decisões (BORGES, 2013; HALL; TAYLOR, 1996; SECCHI, 2012; FREY, 2000).

A fim de potencializar a discussão teórica sobre políticas públicas, faz-se necessário realizar o resgate dos seus precedentes históricos e seus desdobramentos, cuja discussão se constrói em torno de sua conceitualização. De acordo com Souza (2006), a definição mais conhecida sobre a concepção de políticas públicas, continua sendo a de Laswell, qual seja: decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006).

De modo complementar, na concepção sistematizada por Saravia (2006), as políticas públicas podem ser compreendidas como processo, ou como um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, onde é possível considerá-las como estratégicas, cuja finalidade se estabelece como elemento norteador para consolidação de uma equidade social, por meio de uma ação política. Desta forma, Saravia (2006), Souza (2006) e Frey (2000), consideram as políticas públicas como ações construídas por meio da atuação estadocêntrica. Na visão de Souza (2006), elas se constituem como um campo de conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações.

No que tange seu processo de elaboração (*policy-making process*), onde também é denominado de ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), Secchi (2012) retrata que o mesmo pode ser apresentado como um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública, em fases sequenciais e interdependentes. Ainda para o autor, o ciclo de políticas públicas constitui-se em: compreender e identificar o problema, formar uma agenda, formular alternativas, tomar decisões sobre como instituir a política, implementar, avaliar e, por fim, extingui-la, conforme pode ser visualizado na Figura 1, a seguir. Em consonância com a essa mesma perspectiva, porém utilizando-se de outras nomenclaturas, Saravia (2006) retrata que o ciclo de políticas públicas envolve a constituição de uma agenda, a sua elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento, bem como sua avaliação.

Apesar de sua utilidade e das características eminentemente heurísticas, independentemente das terminologias empregadas, o ciclo de políticas públicas apresentados pelos autores se estabelece de modo meramente explicativo, cuja as sucessões das etapas não se colocam de modo linear e especificamente racional, as fases geralmente se apresentam misturadas, em uma dinâmica de alternâncias da enunciada “sequências” (SECCHI, 2012; SARAVIA, 2006).

Kingdon (2006), Saravia (2006), Fuks (2000) e Borges (2013) consideram que a entrada na agenda se estabelece como o primeiro estágio do processo de políticas públicas, cujo o objetivo é delimitar os fatos sociais, a situação de problema público. Desde modo, a partir da introdução do problema na agenda, os esforços de elaboração e combinação de soluções

para os problemas públicos são essenciais, necessitando de uma construção de possíveis medidas para a formulação das políticas públicas.

No que se refere à formulação de políticas públicas, as primeiras tentativas no sentido de oferecer uma explicação a respeito de como os tomadores de decisões se comportam face a um problema, essa problemática emerge a partir do conceito de racionalidade (SAASA, 2006). Portanto, ainda para este autor, a teoria de tomada de decisão racional sustenta a concepção de que antes que uma ação possa ser considerada racional, seja ela pautada pela lógica instrumental ou substantiva, faz-se necessário haver um consenso entre os tomadores de decisão a respeito da meta a ser alcançada.

Deste modo, as conclusões gerais sobre o estilo de formulação de políticas públicas nos países em desenvolvimento, como no caso brasileiro, institucionalizam-se sobre as seguintes premissas, de acordo com Saasa (2006, p. 232): a) a racionalidade prescrita pelo modelo racional-dedutivo é inatingível nesses países; b) o risco e a incerteza caracterizam os processos decisórios; c) a fragmentação na formulação de políticas em geral está ausente; d) via de regra essa formulação é centralizada, com limitados insumos sociais entrando no sistema decisório; e) há para os indivíduos com vasta experiência em tomada de decisões um grande potencial de liderança política, para orientar as tendências da formulação de políticas; f) em vista dos itens a e e acima, existe uma possibilidade relativamente grande de erros de cálculo na formulação de políticas.

Em face dessas considerações, argumenta-se que tanto no formato do ator racional, quanto no modelo de sucessivas comparações limitadas, há condições explicativas significativas sobre a formulação e implementação de políticas públicas, sobretudo nos casos dos países do sul, como no caso brasileiro, que apresenta tais características apontadas por Saasa (2006). Portanto, o processo de formulação de políticas públicas constitui um conjunto de atividades eminentemente complexas, de modo que nenhum modelo esquemático único pode dar conta de esclarecer os vários fatores ativos em todas as situações envolvendo a política, sobretudo nos casos onde as instituições não se estabelecem de forma consolidada (SAASA, 2006; FREY, 2000). Deste modo, a inserção das especificidades territoriais na formulação de políticas públicas, em países em desenvolvimento, pode contribuir para a construção de equilíbrios necessários para a consolidação de uma justiça social.

### **3. Concepções sobre território e o processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R)**

Para um leitor desatento, ou mesmo pelo simples desconhecimento das terminologias subjacentes, espaço e território podem ser erroneamente caracterizados como termos equivalentes. Segundo Raffestin (1993), por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao passo que, justamente por isso, privaram-se de distinções úteis e necessárias em suas respectivas pesquisas. No entanto, esta seção não se desprende em um exercício intelectual para conceitualizar essas duas terminologias,

porém parte-se desta disparidade para não privar o resultado da análise, que pressupõe uma abordagem eminentemente territorial a partir de uma ação política.

De acordo com Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, e se caracteriza como o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ainda, para o referido autor, em consonância ao uso de uma epistemologia marxiana, o espaço não possui valor de troca, mas somente valor de uso, que predispõe uma utilidade, e sobretudo, é preexistente a qualquer ação. Neste sentido, ao passo que determinado ator se apropria de um determinado espaço, seja ele concreto ou abstrato, ele o territorializa atribuindo seus significados. Portanto, o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993 p. 144).

No Brasil, a discussão acerca do conceito de território passou a ganhar notoriedade sobretudo a partir da década de 1990. Desde então, passado um pouco mais de duas décadas, ainda persiste certa disparidade no que tange suas fronteiras (SOUZA, 2009). Essa disparidade emerge pelo fato de se tratar de um conceito multidisciplinar. Apesar da sua centralidade para a Geografia, outras áreas do conhecimento também se apropriaram da discussão, como a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia, e Psicologia e a Administração. Embora cada área do saber trabalhe sob um determinado prisma e/ou vertente epistemológica, tem havido consensos no que se refere ao território como apropriação do espaço (HAESBAERT, 2004).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, optou-se em trabalhar a perspectiva territorial a partir da apropriação do espaço, onde o território se constitui por meio da sua transformação no transcorrer da história e das relações sociais inseridas em determinados contextos. Há, portanto, um processo do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades (RAFFESTIN, 1993). E essas compreendemos como sendo construídas a partir das relações de poder provenientes da ação do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, ao institucionalizar determinadas políticas.

Partindo da perspectiva apontada por Raffestin (1993), Souza (2009) e Saquet (2013) também consideram que a definição de território se estabelece sobretudo por meio das relações de poder. Segundo Souza (2009), o poder se expressa por meio de uma dimensão social, e o território emerge da expressão espacial desta relação. Para Raffestin (1993), as relações de poder, eminentes na configuração do território, materializam-se como um expoente que as organizam e as configuram. Deste modo, o território circunscreve todas as relações de poder por meio da apropriação do espaço geográfico. Na concepção sistematizada por Saquet (2009), as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território, pois são essas relações que se cristalizam e conseqüentemente concretizam as territorialidades, destacando a relação espaço-tempo. Portanto, o território se constitui por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a

cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas, conforme exposto por Saquet (2009):

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do *sistema territorial local*, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (SAQUET, 2009, p. 115).

Assumida as concepções de territorialidade, em relação à conotação espaço-tempo, Saquet (2009) nos convida a uma reflexão sobre os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e (re)territorialização (R) que emergem por meio das relações sociais, considerando as dimensões econômicas, políticas e culturais. Tal dissociação (T-D-R) nos possibilita a pensarmos o movimento que emerge nesses processos. Nesse sentido, Souza (2012) retrata que os territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais, podendo apresentar um caráter permanente, mas também uma existência cíclica.

Retomando esses processos T-D-R, para Saquet (2015), eles ocorrem simultaneamente, podendo se materializar em um mesmo lugar, ou em lugares diferentes, em um mesmo momento, ou em momentos distintos, e em determinados períodos históricos e de acordo com cada situação, e cada relação espaço-tempo. Este movimento ocorre em virtude de fatores principalmente de eminência econômica, sobretudo, pelo fato de o mercado ser um lugar de emissão simbólica que, por sua vez, inscreve-se na dinâmica econômica, constituindo-se como condicionantes culturais (SAQUET, 2015).

A propósito, Saquet (2015) argumenta que Claude Raffestin aborda a relação economia-cultura nas determinações de T-D-R, como pode ser percebido no trecho a seguir,

“(...) a territorialização implica(...) um conjunto codificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites das fronteiras (...). A reterritorialização (...), pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc (RAFFESTIN, 1993, p. 78 apud SAQUET, 2015, p.78).



O movimento T-D-R se constitui de modo dialético, em um processo de relações sociais que envolve a perda e reconstrução destas relações. Partindo deste entendimento construído por Raffestin (1993), se o processo de desterritorialização significa a perda do território, podemos compreender o território como limites e fronteiras que, de maneira geral, são delimitados inclusive pela atuação Estatal (SAQUET, 2015).

Em sua abordagem, Saquet (2015) considera que na territorialização há limites, enquadramento e distinção, ao passo que as inovações por meio de sua difusão, provocam a desterritorialização e, quando da difusão contínua, conduz-se à reterritorialização, dando origem a novos formatos relacionais. Segundo Saraiva et al. (2014), o conceito de territorialidade está ligado ao de identidade porque o território pressupõe manifestações identitárias. Desta forma, Raffestin (1993) também destaca a abordagem relacional, ao evidenciar o caráter semiológico da vida cotidiana e da territorialidade, em movimento histórico e na busca de uma autonomia. Observa-se então seu caráter mutável, de modo concomitante com ações construídas no passado que se estabelece com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, cujos os arranjos e especificidades apresentaremos a seguir.

#### **4. Arranjos político-institucionais que possibilitaram o surgimento do PMCMV: o PAC**

O primeiro momento de inserção do profissional de psicologia no desenvolvimento de trabalhos em comunidade foram as representações teatrais e discussões acerca do que estava sendo representado pelos grupos. Nakabashi et al (2010) afirma que o Brasil passou por diversas mudanças na economia, saindo do agropecuário e sua inserção no desenvolvimento industrial. Essas mudanças acabaram por influenciar a criação de vários projetos voltados para o assistencial e o educacional, refletindo a preocupação em formar profissionais da saúde que pudessem contribuir com a prestação de serviços para a população. Os avanços da psicologia social e comunitária foram lentos, porém constante, conforme pode ser observado no histórico a seguir.

Nos anos de 1960: Os movimentos populares urbanos tornam-se mais frequentes e, no meio rural, as ligas camponesas vão aglutinando um número maior de trabalhos em torno de reivindicações de necessidades básicas. Assiste-se a um grande movimento de participação e reivindicações populares. Passou-se a ter uma nova visão sobre o papel do psicólogo, de aproximar seu trabalho da população. Foi pensado em favorecer os menos privilegiados, daí a deselitização da profissão começou a criar corpo.

Nos anos de 1970: Mesmo diante do militarismo em que se encontrava o país, a população passou a criar meios de reivindicar por seus direitos. Dessa forma, foram sendo criadas as primeiras associações de bairros, de entidades de defesa do cidadão e da anistia, de movimentos contra a carestia e o alto custo de vida, de grupos de educação popular e pastorais do operário, do menor e da mulher. Profissionais passaram a colaborar na

construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Na defesa dos direitos dos setores desprivilegiados, esses profissionais exerciam trabalhos teóricos e práticos além de participarem dos encontros.

Houve a necessidade de se fazer levantamentos e descrições das condições de vida, das deficiências educacionais, culturais e de saúde da população. Os psicólogos passaram a oferecer também atendimento gratuito para essas pessoas. Passeatas, mobilizações, abaixo-assinados se fizeram presente na forma de reivindicação.

Nos anos de 1980: A psicologia Social e Comunitária continuou ganhando espaço com a criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social). Esse acontecimento foi significativo, pois buscava uma Psicologia Social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população. A ABRAPSO estimulou a criação de núcleos regionais como forma de beneficiar todas as regiões do país. Trabalhos foram sendo desenvolvidos acerca da educação popular, junto das mulheres que viviam em regiões periféricas e com crianças de creches.

Nos anos de 1990: A psicologia na e da comunidade passou a se expandir no meio popular. Os trabalhos ultrapassaram a teoria e o psicólogo passou a atuar nos postos de saúde, nos órgãos ligados à família e aos menores e instituições penais. Passou a ganhar força uma psicologia menos acadêmica, menos intelectualizada, mais identificada com a população permitindo acesso aos serviços de saúde, que o profissional de psicologia deveria prestar. Dessa forma, pode-se afirmar que a psicologia social privilegia o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos.

As discussões acerca do surgimento e da expansão da psicologia comunitária e social foram enriquecedoras, pois passamos a perceber a força dos movimentos populares acerca de seus direitos e o que objetivavam de fato. O olhar para as famílias que vivem atualmente em vulnerabilidade social deve-se a essas lutas anteriores. Torres e Neiva (2011 p. 36) asseguram que:

A psicologia social crítica tornou esse debate relacionado a tomadas de posições políticas, o que produziu uma psicologia social comprometida com as mudanças sociais, engajada com as mudanças sociais que seriam resultantes do empoderamento das classes populares, e ao mesmo tempo um tanto quanto maniqueísta e dicotomizada, sobretudo no que se refere aos aportes metodológicos.

Sobre os equipamentos é importante notar que embora estejamos falando de cada equipamento separadamente, todos eles estão interligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e tem a finalidade de prevenir e promover saúde.

## 5. Conjuntura e especificidades do PMCMV

Em face desse cenário, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, criou um conjunto de ações que se concentraram no setor da construção civil. Essas medidas se justificavam pelo papel que o referido setor desempenha na economia brasileira. Dentre as medidas tomadas, está a formulação de um programa habitacional intitulado de Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em março de 2009. De acordo com Brasil (2010), o PMCMV se fundamentou na ideia de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporcionaria mais emprego e renda para a população. Deste modo, evidencia-se que a entrada desta política pública na agenda governamental brasileira se estabeleceu em diálogo com o cenário de recessão internacional, sobretudo, iniciada pela crise imobiliária do *subprime* nos Estados Unidos e pela tentativa de reduzir o déficit habitacional em nosso país. Uma vez que os investimentos de requalificação urbana, protagonizados pelo PAC, não se fez suficiente para dinamizar o mercado e potencializar a geração de excedentes.

Para criar o PMCMV, em 25 de março de 2009, o poder executivo decretou a Medida Provisória nº 459, viabilizando a utilização de recursos advindos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), obtendo aportes destes fundos nos montantes indicados no Quadro 01, a seguir.

**Quadro 1 - Relação de Fontes de Recursos e aportes financeiros do PMCMV - 1º fase**

FUNDO	APORTES FINANCEIROS
FAR	R\$ 15.500.000,00 (Até quinze bilhões e meio de reais)
FDS	R\$ 5.000.000,00 (Quinhentos milhões de reais)
FGTS -FGHab	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)
BNDES	R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais)

Fonte: Adaptado pelos autores com base na Medida Provisória nº 459/2009.

O total de aporte financeiro disponibilizado para a implementação da primeira fase do programa totalizava 23 bilhões de reais. Segundo Araújo (2013), o valor disponibilizado ainda somaria com recursos da união, alcançando uma disponibilidade na ordem de 34 bilhões de reais, para a construção de 1 milhão de moradias distribuídas em 3 faixas de renda, conforme apresentado no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 – Faixas de renda do PMCMV (fase 1)**

<b>Faixa</b>	<b>Renda Mensal Familiar</b>
Faixa 1	Até R\$ 1.395,00
Faixa 2	De R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00
Faixa 3	De R\$ 2.795,01 a R\$ 4.650,00

Fonte: Araújo (2013).

Após dois anos de funcionamento (Abril de 2009 à Junho 2011), a primeira fase do programa encerrou-se cumprindo sua meta quantitativa de 1 milhão de unidades contratadas (AMORE, 2015). Para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.350,00 (ou R\$ 20 mil anual, no caso de área rural), o governo incentivou a produção de unidades habitacionais por meio de um regime especial de tributação e a aquisição dessas unidades, por concessões de subsídios aos beneficiários (BRASIL, 2010). Portanto, para a faixa 1 de renda, foram mobilizados recursos que não exigem retorno, sobre os quais não se aplicam juros, admitindo subsídio quase integral para as famílias com baixa renda (AMORE, 2015). As operações financeiras para esta faixa são garantidas pelo Fundo Garantidor, que é lastreado pela União, o que permite a eliminação dos seguros, consequentemente diminuindo o custo do financiamento (BRASIL, 2010; AMORE, 2015).

De acordo com Amore (2015), a faixa 1 também é atendida por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), para as operações contratadas por meio de Entidades, associações e cooperativas, que tenham se habilitado junto ao Ministério das Cidades e que se comprometam em realizar a gestão dos empreendimentos. As apresentações oficiais que acompanharam o lançamento do programa se apoiavam nos dados quantitativos do déficit habitacional, àquela altura calculado em 7,2 milhões de moradas, 90% delas concentradas nas faixas de renda inferiores a três salários mínimos (AMORE, 2015).

A fase 2 do programa (Junho de 2011 à Dezembro de 2014), iniciou-se com algumas mudanças significativas, sobretudo, pela indicação em priorizar as faixas inferiores de renda, que passaram a responder por 60% das contratações. O objetivo foi a contratação e financiamento de 2 milhões de unidade, incluindo revisão dos limites de cada faixa de renda, com aumento dos custos máximos que incluíram a exigência de acessibilidade universal,

aumentando as dimensões dos ambientes, e de padrões mínimos de acabamento (AMORE, 2015). Com relação aos recursos destinados, Araújo (2013) relata que foi o maior subsídio da história, dotados da ordem dos 125 bilhões de reais.

Contudo, de acordo com Amore (2015), o PMCMV não é indexado pelo salário mínimo, o que poderia ter provocado a exclusão dos mais pobres diante da política de aumento sistemático dos seus valores, que tem sido praticado desde 2003. No entanto, as faixas de rendas foram definidas em reais, sem correção desde o início da segunda fase do programa, conforme descrito no Quadro 3 e as metas quantitativas detalhadas no Quadro 4.

**Quadro 3 – Faixas de renda do PMCMV (Fase 2)**

<b>Faixa</b>	<b>Renda Mensal Familiar</b>
Faixa 1	Até 1.600,00 reais
Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00 reais
Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00 reais

Fonte: Amore (2015).

**Quadro 4 - Metas quantitativas por fases, faixa de renda e modalidades**

<b>Fase</b>	<b>Faixa</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Unidades Hab</b>	<b>%</b>	<b>Investimento</b>
Fase 2	Faixa 1	FAR	860.000	43%	
		FDS (Entidades)	60.000	3%	
		Rural (PNHR)	60.000	3%	
		Oferta Pública	220.000	11%	
	Faixa 1 Total		1.200.000	60%	
	Faixa 2	FGTS	600.000	30%	
	Faixa 3	FGTS	200.000	10%	
<b>Fase 2 - Totais</b>			2.000.000	100%	28 Bilhões de reais

Fonte: Amore (2015).

Muito embora o PMCMV tenha atingido seu patamar quantitativo em relação à quantidade de imóveis entregues, desde o seu lançamento, o risco de segregação social espacial foi considerado, antevendo-se os problemas associados à sua localização distantes (PEQUENO; VIEIRA, 2015). Na cidade de Maringá-PR, boa parte dos empreendimentos

destinado as pessoas de baixa renda, enquadrados na faixa 1, tem sido implementados no distrito de Floriano, localizado a cerca de 20 km da cidade, como no caso o último conjunto entregue no distrito, o Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, cujos os desfechos estão apresentados nas próximas seções.

## **6. Procedimentos metodológicos**

Este trabalho se estabelece como uma pesquisa construcionista social, uma vez que houve aproximação relacional com o fenômeno, constituindo o campo-tema com o intuito de compreender o processo de territorialização do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira no distrito de Floriano, município de Maringá-PR. Deste modo, o processo de territorialização dos moradores do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira no distrito de Floriano, instrumentalizado por meio de uma política pública, foi tratado sob um exercício relacional, que se constituiu em contar e recontar histórias envolvendo as experiências de alguns moradores contemplados pela PMCMV.

De acordo com Mcnamee (2014), o foco em processos relacionais é a marca de uma orientação construcionista, na qual há um deslocamento do exame de entidades, com o propósito de observar o que chamamos de linguagem. A partir de uma postura Construcionista Social, reconhecemos que as pessoas coordenam suas atividades com os outros e com o ambiente, que os mundos de pesquisas também são mundos de ações coordenadas (MACNAMEE, 2014).

O contexto evidenciado, assim, partiu primeiramente na imersão no campo-tema. O que denominamos de campo-tema, está em consonância com os pressupostos de Spink (2003), quem o define sem o restringir à delimitação físico-territorial, e ao ambiente físico-organizacional, pois envolve esses elementos em comunhão a imersão com as leituras prévias apresentadas, bem como os diálogos com os entrevistados e documentos levantados. Contudo, para o desenvolvimento deste estudo, inicialmente, foi realizada uma visita ao conjunto Pioneiro José Pires. Após, foi levantado documentos oficiais sobre o PMCMV, bem como realizado um levantamento da literatura sobre o tema, e também sobre os preceitos teóricos apresentados.

As fontes secundárias acessadas para coleta dos dados foram estudos acadêmicos sobre a cidade de Maringá, sobretudo no que tange à produção do espaço urbano (artigos, anais de eventos e congressos, dissertações e teses), documentos da Prefeitura Municipal de Maringá e do Governo Federal para a construção do histórico e o contexto da cidade e além destes, também foram usados dados obtidos a partir de relatórios, projetos e imagens disponibilizados pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá/UEM. Como dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete moradores do conjunto. Essas entrevistas objetivaram apreender de que maneira esses moradores se organizam, como vivem e quais suas percepções sobre a nova morada. Estes aspectos são relevantes

para a compreensão do processo de territorialização pelo qual estão passando estes moradores. As entrevistas ocorreram entre os meses de dezembro de 2015 a março de 2016 e foram gravadas e posteriormente transcritas, contudo, resguardando sigilo em relação à identidade dos entrevistados.

No tratamento dos dados obtidos na pesquisa, foi aplicada a diversidade material resultante da comunicação verbal, estabelecida nas entrevistas semiestruturadas e nos dados secundários. Trechos das entrevistas foram utilizados.

## **7. A Territorialização dos Moradores do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira no Distrito de Floriano**

A cidade de Maringá foi fundada no ano 1947, com o propósito de se torna polo de uma vasta região, viabilizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), empresa de capital inglês, que posteriormente foi nacionalizada e rebatizada de Companhia de Terras Norte do Paraná (LUZ, 1999; RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2010). Os primeiros moradores eram provenientes das regiões agrícolas de São Paulo. Na ocasião, de acordo com Araújo (2010), alguns até conseguiam comprar seus lotes, porém, a maioria apenas realizaram os pagamentos iniciais (entrada) e passaram por privações durante algum tempo. Neste sentido, desde a fundação de Maringá, nota-se a dificuldade de muitos trabalhadores em adquirir lotes na cidade. Ao passo que, das mais diversas segmentações de grupos de trabalhadores que participaram do processo de desmatamento da floresta nativa para viabilizar à construção das primeiras edificações, todavia somente aqueles com melhores condições econômicas conseguiram tornar-se proprietários de lotes e se estabelecer na cidade (ARAÚJO, 2010).

O projeto pela qual a cidade foi estruturada, previu de forma conveniente a localização dos seus bairros em consonância a sua função social. Segundo Luz (1999), o projeto inicial definiu dez zonas como bairros. Delas faziam parte o centro e mais nove zonas ao seu redor. Deste modo, a organização hierarquizada da cidade proporcionou a exclusão de grupos de maior vulnerabilidade econômica. Para Rodrigues (2004), a hierarquização social do espaço, resultante das definições institucionalizadas pela Companhia, interessava muito à própria empresa colonizadora, pois com a elitização de algumas áreas, havia a possibilidade de maximizar o lucro na venda dos lotes.

Contudo, Santana et al. (2010) abordam que passados mais de seis décadas, a organização socioespacial estabelecida na fundação da cidade, além de se manter, aprofundou-se de modo que os espaços residenciais mais distantes do centro da cidade eram mais próximos do que são hoje. Desde modo, as áreas da periferia (onde a população de baixa renda conseguia estabelecer sua moradia) são distantes de seus locais de trabalho, estudo e lazer. Em face da organização sócioespacial institucionalizada desde a fundação da cidade de Maringá, o processo de distância social pode ser representado atualmente com a

implementação do PMCMV, sobretudo no que diz respeito a territorialização dos moradores no distrito de Floriano.

Floriano é um distrito localizado no município de Maringá-PR. Nos últimos anos, seu território tem recebido empreendimentos imobiliários viabilizados por meio do PMCMV, sobretudo, aqueles que se enquadram a faixa 1 de renda, como no caso do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, uma vez que dentro do limites territoriais da cidade de Maringá não vem sendo disponibilizado espaços para esse tipo de empreendimento. Com início em 19/02/2013 e término em 02/09/2015, o conjunto conta com 232 moradias e custou R\$ 15.340.444,55, sendo o último empreendimento construído e entregue a população de baixa renda, contemplada no distrito de Floriano, que passaram a utilizar aquele território, instrumentalizado por meio de política pública habitacional, conforme ilustra a Figura 2, a seguir.

**Figura 2 – Painel localizado na entrada do conjunto**



Fonte: arquivo dos autores (2016).

De acordo com Souza (2012), o território surge na Geografia Política, como o espaço concreto em si, que é apropriado e ocupado por um grupo social. A partir desta perspectiva, a ocupação de um território é vista como algo gerador de raízes e identidade, cujo grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2012, p. 84). Nesse sentido, o território se estabelece sobre uma condição e meio para a reprodução das relações sociais de identidade. Desta forma, segundo Raffestin (1993, p. 161),

[...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação



com o espaço seria renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores.

Contudo, segundo Saraiva et al. (2014), o conceito de territorialidade, está ligado ao de identidade porque o território pressupõe manifestações identitárias. Neste sentido, os moradores do Conjunto Habitacional Jose Pires de Oliveira, vão construindo sua territorialidade em detrimento as novas adversidades encontradas no novo território conforme relato do Entrevistado E2:

“Lá na casa onde eu morava, tudo é perto né, médico, mercado, tudo perto, padaria tudo.... há eu quero comer um doce e eu vou no mercado comprar, ai eu não tô bem vou para o postinho, não tinha que ficar andando sabe, era como daqui ali na esquina, o que eu quisesse na rua eu tinha, na Mandacaru era um centro, tem de tudo. Então por enquanto está sendo difícil, ainda mais no domingo, você quer um pãozinho fresquinho da tarde, ou você traz e come o pão murcho e esquenta no forno ou senão não tem... Seria muito bom se tivesse um mercado aqui né, um mercado grande, que desse suporte para gente, o que a gente precisa açougue, uma padaria pequena, porque quando a gente vai procurar não tem, então é complicado não é fácil não, a gente tem que se habituar, e tudo pra gente se habituar é difícil” (E2).

É interessante considerar que a implementação do PMCMV no distrito de Floriano, materializa a lógica da racionalidade prescrita pelo modelo racional-dedutivo presentes na formulação da política, discutido em Saasa (2006). Ao negligenciar a questão territorial, que envolve aspectos econômicos, culturais, desconstrução e reconstrução das relações sociais, restringe a população a condições básicas de consumo, como o acesso ao um “pãozinho fresquinho”, e também a restrição sobre o acesso a equipamentos públicos, como escolas e creches, conforme os depoimentos dos entrevistados:

[...] “dava pra fazer um colégio ali, pra mim seria bom, eu estudo a noite[...] bom eu estudava lá, mas agora que eu mudei não vai dá pra mim estudar, eu ia indo tão bem, eu estava lendo já e agora eu parei, colégio lá em cima só tem a noite e eu não vou andar sozinha a noite por ai no escuro” (E5).

“Por enquanto no momento não está tendo creches, vamos ter que ter a mesma rotina, vamos ter que gastar um pouco mais porque o prefeito não dá passe para a creche e aqui não tem creche, então vamos ter que voltar

tudo pro mesmo bairro todos os dias de manhã e à tarde, vai ser complicado a creche é só em Maringá [...] muitas mãe e famílias vão ter que deixar o emprego, ou levar o filho, quer dizer vai trabalhar praticamente para pagar passagem[...]" (E6).

"[...] A maioria das pessoas moravam em Maringá, são poucos que moravam aqui, então assim em Maringá tudo é perto por mais que tenha que se locomover de circular, é difícil um bairro que não tenha um mercadinho, não é igual aqui, as crianças que dependem de escola estadual, vão ter que estudar em Maringá, porque aqui não tem muito, eu acredito que a escola não vai suportar todos" (E4).

No relato de outro morador (E7):

"Acho que esse bairro deveria ter saído em Maringá, porque lá é outra coisa, Maringá está perto de tudo, qualquer bairro tem loja, comércio, aqui mesmo não tem panificadora, tudo que você for fazer aqui hoje é Maringá [...] A gente veio para Floriano, mas sem Maringá a gente não vive [...]" (E7).

Se as políticas públicas em suas essências são destinadas a manter o equilíbrio social, ou introduzir desequilíbrio para mudar a realidade (SOUZA, 2006). Para as famílias beneficiadas que trabalham e que mantinham seus filhos em creches, a mudança para o conjunto viabilizada pela política, significou mudanças significativas sobre o uso do território, e sobretudo, aspectos de natureza econômica, mas não no sentido da construção de uma equidade, mas os desequilíbrios introduzidos inviabilizaram ainda mais as disparidades sociais.

Todos os moradores que foram entrevistados para o desenvolvimento deste trabalho eram egressos de bairros localizados na cidade de Maringá, e por ali construíram seus modos de vida de acordo com as especificidades de cada território, e agora se territorializam em um espaço cujas as especificações não os atendem a condições da antigas relações sociais. Assim, os moradores buscaram novas formas de se adaptar em suas novas moradas. Como reflexo dessa obra, ocorreram mudanças nas relações sociais dos moradores, diminuição da qualidade de vida, dificuldade de acesso aos principais serviços públicos.

## **8. Considerações Finais**

Neste artigo, procurou-se analisar os aspectos territoriais que foram instrumentalizados por meio de uma política pública habitacional, no caso o PMCMV, a ela exercida por meio dos moradores contemplados. O que foi resignificado, a partir das narrativas construídas junto à imersão no campo-tema, observou-se que a mudança para o novo bairro por meio do programa, viabilizou o que Saquet (2015) denomina como processo de T-D-R, sobretudo pelo fato das mudanças significativas de seus respectivos modo de vida, construídos em seus antigos territórios, no caso os diversos bairros localizados dentro do limites territoriais da cidade de Maringá onde os mesmo eram egressos. Nesta perspectiva, como aborda Souza (2009, p. 110) “seu” território não é, atualmente, mais “seu” território, mesmo se carregarmos nas aspas; “seu” território foi usurpado por um grupo específico que mescla poder para dominar um coletividade.” Constatou-se deste modo os elementos constitutivos de uma política pública orientado por meio de uma racionalidade instrumental, que perpetua a lógica de uma segregação socioespacial, uma vez que os moradores foram alocados no distrito de Floriano, e não no perímetro urbano onde eram egressos, qual construíram suas territorialidades ao longa de suas vidas.

Steinberger (2013) aponta que Estado, políticas públicas e território formam uma trilogia relacional, portanto, podemos compreender que as políticas públicas devem realizar-se em bases territoriais, de modo que se estenda às políticas em geral, sobretudo, as urbanas, alcançando a ética absoluta e a equidade sócio espacial pauta por meio de uma racionalidade substantiva. Negligenciar a inserção da categoria território na formulação e implementação de políticas públicas, como no caso do PMCMV, constitui-se em corroborar para usurpar as práticas cotidianas construídas nos territórios de origem, segregando a população das condições básicas de consumo, deslocamento e educação.

Ao focalizar a perspectiva territorial de modo a ressaltar a sua importância na formulação e implementação de políticas públicas, o caso do PMCMV no Conjunto Habitacional José Pioneiro José Pires de Oliveira, mostrou-se desastrosa do ponto de vista territorial-social, pois ao financiar habitações para a população de baixa renda em detrimento a estimular a economia, a política corroborou por um lado a diminuir o déficit habitacional presente em grande escala no Brasil, mas por outro lado desconstrói as relações identitárias construídas ao longo do tempo em determinados territórios. Contudo, a visão que compactuamos é de que, para que uma política pública possa de fato ser um elemento norteador para a consolidação da justiça social como aborda Saravia (2006), e orientada pela lógica substantiva, o aspecto territorial deve necessariamente ser contemplado na agenda pública, e constituir-se na formulação e na implementação de qualquer política, onde observamos essa deficiência no desenho do PMCMV, quando implementado no conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano.

## Referências

- ALBERNAZ, M. P. G. L.; ANDRADE, L. S. Por unidade habitacionais ou pela moradia urbana? Avaliação dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro. *In Situ*. São Paulo-SP. v.1, n.2, ago./out. 2015, p.55-67.
- AMORE, Caio Santo. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C (Orgs.). *Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.
- ARAÚJO, Marivânia Conceição: O município de Maringá: a Constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: RODRIGUES, A.L; TONELLA, C. (Orgs.). *Retratos da região metropolitana de Maringá*. Maringá: Eduem, 2010.
- ARAÚJO, Ana Cristina da Silva. Programa Minha Casa Minha Vida: antigos e novos dilemas de habitação de interesse social e o caso de Marília-SP. 2013 255f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2013.
- BORGES, Willian Antônio. Gestão metropolitana: sua construção a partir de suas experiências de associativismo territorial na região metropolitana de Curitiba. 2013. 251f. Tese (Doutorado)-Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV, São Paulo, 2013.
- BRASIL. *Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação*. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.
- CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Desenvolvimento e dependência no Brasil: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS). 2014. 244f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia. Os reflexos das contradições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na questão habitacional na cidade de Rio Grande. In: Carlos RS Machado; Caio Floriano dos Santos; Marcela de Avellar Mascarello. (Org.). *Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 55-70.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

COUTO, J. M; COUTO, A. C. Entre o medo e a vontade de crescer: política econômica e dinâmica macroeconômica no segundo governo Lula (2007-2010). Maringá: Eduem, 2010.

FLEURY E SILVA, Beatriz. A Recente Produção Imobiliária no Aglomerado Metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica. São Paulo. Tese Doutorado (FAU/ USP). 2015.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.21, p. 211-259, jun. 2000.

FUKS, Mario. Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. Bid , n. 49, 1º sem. 2000, p. 79-94.

HARVEY, David. Os limites do capital. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Erminia et al.. (orgs.), São Paulo: Boitempo, 2013b, p.27-34.

KINGDON, John. Como chegar a hora de uma idéia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 1, 2006.

HALL, P. ; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova: Cultura e Política, São Paulo, n. 58, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

LOUREIRO, M. R. et al. Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: O Programa Minha Casa Minha Vida. Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro, 2013.

LOUREIRO, M. R; MACÁRIO, V; GUERRA, P. H. Legitimidade em arranjos institucionais de políticas públicas: o programa minha casa minha vida. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro- RJ. Nov./Dez 2015. p.1531-1554.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Gramond, 2010, p. 19-34.

MCNAMEE, Sheila. Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In: GUANAES-LORENZI, Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos;

CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. ConstrucionismoSocial: discurso, prática e produção do conhecimento. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

MEDIDA PROVISÓRIA 459/2009. Governo Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2009/medidaprovisoria-459-25-marco-2009-587252-publicacaooriginal-110936-pe.html>> Acesso em: 01 dez. 2016.

MOURA, J. M. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. . Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana. Curitiba- PR. v.6, n.3, set/dez. 2014, p. 339-359.

NASCIMENTO, Denise Morado et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços a região metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C (Orgs.). Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 195-228.

OLIVEIRA, Adriano Aparecido de. Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR. 141 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C (Orgs.). Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 131-164.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Administração e contexto brasileiro: esboço de uma Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983.

\_\_\_\_\_. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989.

RAMOS, J. S; NOIA, A.C. A Construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil: Uma Análise do Programa Minha Casa Minha Vida. Desenvolvimento em questão. Ano 14, n.33, jan/mar. 2016, p.65-105.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. 2004. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz et al. A produção do PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C (Orgs.). Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 103-130.

- SAASA, Oliver. A formulação da política pública nos países em desenvolvimento: a utilidade dos modelos contemporâneos de tomada de decisão. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 2, 2006.
- SANTANA, R. G; UDO, M. C. T; PREVIDELLI, I. T. S; RODRIGUES, A. L. Análise da ocupação residencial na região metropolitana de Maringá: A construção e aplicação de uma tipologia. In: RODRIGUES, A.L; TONELLA, C. (Orgs.). Retratos da região metropolitana de Maringá. Maringá: Eduem, 2010.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.
- SANTOS, M. E. P; AFONSO, R. F; RIBEIRO, S; ROSSI, R. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia – A Experiência dos Sem Tetos em Salvador. Revista O&S, v.1, Out./Nov/2014. p.713-734.
- SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SAQUET, Marcos A. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: \_\_\_\_\_. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 27-35.
- SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo-SP, v. 15, n. 2, p. 97-126, mar./abr. 2014.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas Públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 1, 2006.
- SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SHIMADA, Nayara Emi. Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do Bairro Santa Felicidade pelos seus moradores. 234 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- SILVA, C. F; ALVES, T. W. Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Revista de Administração Pública. RAP – Rio de Janeiro- RJ, Jan./Fev. 2014, p. 27-54.
- SOARES, I. O; CARVALHO, A. W. B; FILHO, G. B. R; PINTO, N. M. A. Interesse especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do Programa “Minha Casa

Minha Vida” em Uberaba (MG). *Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Curitiba- PR. V.5, n.1 jan/dez.2013. p 119-131.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8,n. 16, jul/dez 2006. p.20-45.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Marcos Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SPINK, Peter K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós construcionista. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

STEINBERGER, Marilia. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marilia (Org.). *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. 1. ed. Brasília: Ler Editora, 2013, v. 1, p. 31-64.